



DECISÃO DE RECURSO - COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 097/2018

Modalidade: Pregão Presencial 067/2018.

Registro de Preços 006/2018

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de madeira diversas para atender as necessidades dos setores deste município.

⇒ Cuida-se de decisão acerca do recurso apresentado pela empresa Mais Eucalipto ME alegando, em síntese "discordância a respeito dos itens 2, 3 e 4 das disposições preliminares do edital"

Se fez tempestiva a interposição do recurso.

Inicialmente, o recurso poderia não ter sido conhecido porque alguns requisitos básicos para a sua interposição não foram observados, nesse caso, a matéria não chegaria a ser apreciada. A observância/leitura do edital se faz imprescindível ao interessado em participar do certame, dessa forma, conforme se depreende de trecho retirado do edital, o recorrente deixou de apresentar cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal que o habilita a interpor o recurso em nome da empresa:

"8. A petição e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidas:

(...)

8.2. (...) assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal."

Não obstante, passamos à resposta aos termos do recurso interposto.

A licitação, depende de regras prévias, anteriores à abertura do certame. As regras da licitação são definidas no edital, também chamado de instrumento convocatório. Uma vez publicado o edital, encerra-se a fase interna da licitação (momento em que a Administração pensou as regras, definiu o objeto, especificou seus requisitos, reservou o valor para o futuro pagamento, etc.) e inaugura-se a fase externa. Neste momento, a Administração assume um compromisso público: de que manterá as regras dispostas no edital até a conclusão da licitação e eventual contrato que dela surgir.

Considerando, então, que os licitantes estarão vinculados às disposições editalícias, em nome do contraditório e da ampla defesa, demonstra-se de muita relevância que eles tenham oportunidade de manifestar contrariedade às regras estabelecidas pela Administração. Ou seja, é preciso facultar aos interessados a possibilidade de se insurgirem contra a fixação destas disposições. Nesse sentido, é que a Lei Geral de Licitações estabeleceu o mecanismo da impugnação em momento oportuno, no seu art. 41 § 1º e 2º que diz: impugnações aos termos do edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas.

A utilização do recurso destina-se à discordância dos atos praticados pelo Pregoeiro nos casos de: habilitação ou inabilitação de licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento de pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, a rescisão do contrato por ato unilateral da administração e no caso de aplicação das penas de advertência, multa ou suspensão temporária. Portanto, a fase em que o processo se encontra não está sujeita a recursos contra disposições contidas no ato convocatório.

Ademais, ao elaborar a Proposta de Preços, concordou com todos termos do edital, vejamos: *"Item VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS - 7. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com os Títulos e condições deste edital e total sujeição à legislação pertinente."*

Em sua proposta acostada ao processo não há identificação dos tipos de madeira cotadas, solicitamos ao recorrente, via e-mail, que indicasse em planilha, os tipos de madeira para que pudéssemos realizar análise comparativa aos tipos das demais propostas, pois, sem isso, a análise resta frustrada pela ineficiência na comparação de itens de qualidades diferentes, o recorrente se manteve inerte.

Outrossim, segue trecho de recente decisão proferida pelo TCE-MG, na Denúncia nº 932348, na qual considerou regular uma limitação semelhante: *"Não há falar, portanto, em benefício a determinados particulares, ausente direcionamento do certame, não dirigido a determinadas empresas conforme a localização, porquanto o raio de 30 km não frustra o caráter competitivo, permitindo a participação de várias empresas ao certame."*

Dentre os vários regulamentos para regionalização das compras de MPE's, destaco que o Decreto Estadual 47437 de 26 de junho de 2018, que se refere ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas aquisições públicas do Estado, em seu

C R



art. 4º § 1º admite a adoção, em edital, de critério de definição de âmbito local e regional diverso dos definidos nos incisos I e II, dessa forma, devidamente justificados pela extensão da pesquisa de mercado, demonstrando que há, no local da licitação, mais de três fornecedores capazes de cumprir às exigências do edital, não há que falar em violação aos princípios que regem as licitações.

Sendo assim, a regionalização das compras de MPE's se constitui em disposição legal, em conclusão, a limitação geográfica, desde que fundamentada, não caracteriza restrição.

Por fim, face ao exposto e adotando os fundamentos da Procuradoria do Município, inseridos no parecer jurídico, julgo pela IMPROCEDÊNCIA dos argumentos apresentados.

O Processo Licitatório deverá ter seu regular prosseguimento.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Publique-se.

Presidente Olegário, MG. 27 de setembro de 2018.


Cleverson Carlos dos S. Araújo
Pregoeiro

Antenor José de Sousa Neto
Equipe de Apoio


Larissa Virginia M. Silva
Equipe de Apoio